



## Deputado admite amizade e troca de favores com Cachoeira

Pedro Franco/Agência Senado



"Fazer favor para os outros e receber favor deles faz parte do meu cotidiano e do meu meio de vida, o que eu não escondo", disse Leréia (2º à esq.) em depoimento à CPI

Carlos Leréia foi ouvido ontem na retomada dos trabalhos da CPI que investiga grupo do contraventor goiano, preso em Brasília desde fevereiro

**E**m depoimento, o deputado Carlos Leréia, do PSDB de Goiás, reconheceu que é amigo de Carlinhos Cachoeira desde a década de 1980. Negou, porém, conhecer negócios ilegais comandados pelo contraventor. Ele não vê problemas em trocar favores com Cachoeira, de quem recebeu empréstimo de R\$ 120 mil, ainda

não pago. Leréia admitiu ter empregado pessoas a pedido do amigo, mas rebateu acusação de trabalhar para beneficiar as empresas dele e de ter alertado Cachoeira sobre operação policial. Disse ainda considerar normais os vários encontros que os dois mantiveram na sede da construtora Delta, também investigada pela CPI. **2**

## País precisa com urgência de reforma política, dizem senadores

Para Alvaro Dias, Jorge Viana, Cristovam Buarque e Paulo Paim, o pleito de domingo evidenciou o envelhecimento das regras eleitorais no país. **4**

## Governo quer votar royalties e Plano Nacional de Educação **3**

Escola de Brasília recebe livros didáticos: PNE está entre prioridades de líderes governistas



Carla Garcia/Secom-BA

## Relator prevê desafio na negociação do Orçamento

Fraco desempenho do PIB contraria estimativa de receitas elaborada pelo governo e, para Romero Jucá, será um "exercício difícil acomodar as demandas". **3**

## Brincadeira e músicas no Senado celebram Dia das Crianças

Mais de 180 filhos, sobrinhos e netos de funcionários do Senado comemoraram ontem o Dia das Crianças. O evento *Aqui Também é a Casa da Garotada* contou com apresentações dos grupos Tambores de Resposta (foto) e Música para Crianças, ambos integrantes de projetos sociais, e atividades lúdicas. **2**



Gerardo Magela/Agência Senado

Depois da reunião em que foi ouvido o deputado do PSDB goiano, o relator da CPI, Odair Cunha, classificou de evidentes os vínculos pessoais, patrimoniais e financeiros do parlamentar com o contraventor

## Leréia reconhece troca de favores com Cachoeira

EM DEPOIMENTO À CPI do Cachoeira, o deputado federal Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO) confirmou ser amigo de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, desde a década de 1980, e disse ter trocado favores com ele, o que considera uma “prática comum”. No entanto, negou ter conhecimento sobre os negócios ilegais do empresário, acusado de comandar uma organização criminosa.

— Fazer favor para os outros e receber favor deles faz parte do meu cotidiano e do meu meio de vida — afirmou.

Entre os favores confirmados pelo deputado, estão nomeações a pedido de Cachoeira e orientações para a obtenção de visto para os Estados Unidos.

Cachoeira, por outro lado, teria emprestado a Leréia dinheiro e um rádio Nextel que teria sido usado em viagem do deputado aos Estados Unidos.

Os deputados Íris de Araújo (PMDB-GO) e Dr. Rosinha (PT-PR) consideraram improvável que o depoente não soubesse das atividades irregulares de Cachoeira. Leréia disse que via os ganhos de Cachoeira como provenientes da exploração de jogos legais em Goiás e do laboratório farmacêutico de que era dono e, por isso, não suspeitava dos “erros” dele.

— Não é minha função denunciar banca de jogo — disse.

Leréia afirmou ainda ter se



Carlos Alberto Leréia (E), Vital do Rêgo, Odair Cunha e Paulo Teixeira na CPI

encontrado várias vezes com Cachoeira na sede da empreiteira Delta. Disse que achava normal a presença dele na construtora, “pois Cachoeira era bem relacionado”.

O relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG), informou que gravações da Polícia Federal indicam o recebimento de dinheiro de Cachoeira pelo deputado. Na versão de Leréia, o amigo lhe fez um empréstimo parcelado de R\$ 120 mil para saldar um financiamento rural. O valor seria pago quando recursos do deputado bloqueados pela Justiça fossem liberados, o que ainda não ocorreu. Ele garantiu ter declarado o empréstimo no Imposto de Renda. Leréia afirmou que Cachoeira intermediou outro empréstimo, com um empresário de Anápolis (GO), no valor de R\$ 200 mil, já pago pelo deputado.

O depoente negou ter beneficiado empresas de Cachoeira com emendas parlamentares. Outra suspeita que paira sobre Leréia é de que ele teria avisado Cachoeira sobre uma operação policial. Segundo Leréia, na ocasião ele soubera de uma ameaça contra sua vida, ligou para o amigo para pedir ajuda, e a ligação foi grampeada.

### Semelhança

O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) elogiou as explicações e a disposição de Leréia de comparecer à comissão. Já Odair Cunha disse considerar a situação semelhante à do ex-senador Demóstenes Torres.

— São evidentes os vínculos pessoais, patrimoniais e financeiros entre Leréia e Carlos Augusto Ramos. A relação deles é comprometedor, e o Conselho de Ética da Câmara vai ter que investigar — afirmou.

## Alvaro nega que oposição tenha aceitado encerrar CPI

Alvaro Dias (PSDB-PR) negou ontem que partidos de oposição tenham feito acordo com PT e PMDB para encerrar prematuramente a CPI do Cachoeira. De acordo o senador, a existência do acordo, divulgada pela imprensa, não procede.

— O que queremos é a prorrogação dos trabalhos.

Na avaliação de Alvaro, há um volume imenso de trabalho para a CPI, incluindo o aprofundamento da investigação do desvio de dinheiro público pela construtora Delta, por meio de empresas fantasmas.

Segundo o senador, a continuidade dos trabalhos é essencial para permitir a



Senador afirma que ainda há um volume imenso de trabalho

responsabilização dos participantes do esquema de superfaturamento de obras e pagamento de propina.

## Senado reúne 180 crianças em dia de comemoração

Ontem o Senado reuniu filhos, sobrinhos e netos de servidores efetivos, comissionados e terceirizados para comemorar o Dia das Crianças. O evento *Aqui Também é a Casa da Garotada* teve uma série de atrações em comemoração ao Mês do Servidor.

Durante todo o dia, mais de 180 crianças de 5 a 12 anos participaram de programação em dois turnos: das 8h30 às 12h e das 14h30 às 18h. Na abertura das apresentações, a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, explicou como surgiu o Dia das Crianças no país.

— Muitos anos atrás, em 1924, um deputado federal teve esta ideia: celebrar nossas crianças no mesmo dia em que comemoramos o Descobrimento da América e a padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida. Então, ele propôs uma lei. Deputados, senadores e o presidente da época concordaram: o 12 de outubro era o melhor dia para comemorarmos o quanto é bom ser criança — contou.

Os convidados visitaram as instalações do Congresso,

reuniram-se no Restaurante dos Senadores para um lanche e ganharam kit contendo o tabuleiro *Jogo da Lei*, um gibi da Turma da Mônica sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a cartilha *Eu Senador um Passeio*, de Ziraldo, com o personagem Menino Maluquinho. Em seguida, assistiram ao grupo *Tambores de Resposta* e, à tarde, ao grupo *Música para Crianças*.

Os dois grupos musicais integram projetos sociais. O *Tambores de Resposta* é formado por crianças e adolescentes atendidos pelo Instituto de Educação, Esporte, Cultura e Artes Populares, do Projeto *Fábrica da Cidadania*. Há dois anos, 400 crianças e adolescentes aprendem a fazer os próprios instrumentos. O *Música para Crianças* é desenvolvido há dez anos pela Universidade de Brasília e atende cerca de mil alunos, até os 10 anos de idade. Crianças e familiares integram atividades lúdicas e pedagógicas para desenvolvimento imaginativo, artístico e social.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO: Discursos

14h Sessão não deliberativa.

#### COMISSÃO MISTA/MP: Dívidas de estados e municípios

9h30 Apresentação do relatório da comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 574/12. A MP autoriza a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a renegociar as dívidas acumuladas até o ano passado pelos estados e municípios, incluindo autarquias e fundações, com o pagamento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

#### EXPOSIÇÃO: Direitos das crianças

15h Abertura da exposição *Era Uma Vez... 85 anos de direitos garantidos para as crianças*. A mostra ficará aberta até 31 de outubro, na Senado Galeria.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

## Tomás Correia defende autonomia dos estados para a criação de cidades

Estados devem ter autonomia para criação, fusão, incorporação ou desmembramento de municípios, segundo Tomás Correia (PMDB-RO). Ele disse que há vários projetos de lei sobre o assunto e pediu que deputados e senadores tratem o

tema como prioridade. Na visão do parlamentar, o Brasil tem vivido uma federação de faz de conta, já que os estados não têm liberdade para criar os próprios municípios.

Tomás Correia registrou que em 2010 houve plebiscito sobre a emancipação do distrito de Extrema, do município de Porto Velho, em Rondônia. Domingo houve outro plebiscito para a emancipação do distrito de Tarilândia, do município de Jaru, no mesmo estado. O senador informou que a emancipação teve mais de 90% de aprovação nas duas consultas.

— Quem sabe da realidade local é a classe política do estado. O Brasil precisa de descentralização administrativa — afirmou o senador.



Senador afirma que o Brasil precisa de descentralização administrativa

## Cidinho Santos alerta para dificuldades dos municípios de fechar as contas

Cidinho Santos (PR-MT) manifestou preocupação com a crise que atinge a maior parte dos municípios. Segundo o senador, de cada quatro prefeitos, três admitem que terão dificuldade para fechar as contas em 2012.

Segundo ele, a situação

tem sido agravada pelas medidas de desoneração fiscal para estimular a economia. O senador afirmou que as reduções do IPI e da Cide causaram queda de R\$ 10 bilhões nos repasses da União aos municípios.

— Quando se tira dos municípios, está-se cumprimentando com o chapéu alheio — afirmou.

Cidinho, que espera uma reforma tributária a favor dos municípios, criticou a concentração de verbas na União e pediu providências do governo para reduzir a burocracia.

— Não podemos deixar que os municípios fiquem na situação em que se encontram, dependendo de uma emenda orçamentária — lamentou.



Estímulos à economia reduziram repasses às prefeituras, diz senador

## Paulo Paim informa que documentário Raça será lançado hoje no Festival do Rio

Paulo Paim (PT-RS) anunciou ontem o lançamento do documentário *Raça*, do qual é um dos destaques. O filme, dirigido pelo brasileiro Joel Zito Araújo e pela norte-americana Megan Mylan, será exibido pela primeira vez hoje no Festival do Rio.

Filmado entre 2005 e 2011,

o documentário debate a identidade racial no Brasil acompanhando as vidas de três personalidades negras: Paim, a ativista quilombola e neta de escravos Miúda dos Santos e o cantor e apresentador de TV Netinho de Paula.

Parte da renda da bilheteria nacional, disse o senador, será revertida ao Fundo Babó, que promove e apoia projetos ligados à população negra.

Paim voltou a cobrar o cumprimento da sentença que determina que a União deve começar a pagar indenizações de aposentados e pensionistas do Aerus, fundo de pensão das antigas companhias aéreas Transbrasil, Cruzeiro e Varig. Ana Amélia (PP-RS) apoiou o pronunciamento.



Paim é uma das personalidades retratadas no filme de Joel Araújo

# Relator do Orçamento prevê desafio para o Congresso

Estimativa de receitas para 2013 elaborada pelo governo deve ser prejudicada pelo baixo crescimento do PIB e, segundo Romero Jucá, será um “exercício difícil” atender todas as demandas da sociedade

RELATOR-GERAL DO ORÇAMENTO da União para 2013, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse à Agência Senado que será um grande desafio para o Congresso o exame do projeto de lei que estima receitas e despesas federais para o próximo ano.

Para ele, o Poder Executivo “não foi conservador” na previsão de receitas e, com os novos parâmetros da economia, “será um exercício difícil a acomodação de todas as demandas do próprio governo e da sociedade”.

O senador anunciou que deverá participar amanhã de uma reunião com o relator de receitas do Orçamento, deputado Cláudio Puty (PT-PA), além de técnicos da área, para tratar do assunto.

Jucá descartou a possibilidade de redução no valor da receita contido na proposta (PLN 24/12) — R\$ 1,2 trilhão —, mesmo diante de novos indicadores que preveem queda no crescimento e na arrecadação do país.

O relator-geral do Orçamento também considerou



Jucá reúne-se amanhã com o relator de receitas para tratar do assunto

impossível uma elevação semelhante à verificada no ano passado, quando o Congresso conseguiu identificar mais R\$ 32 bilhões de receita.

Reestimar a receita para cima, com base em indicadores posteriores ao envio da mensagem ao Congresso, é tradicionalmente um mecanismo de que se valem os parlamentares para atender as diversas demandas no exame da proposta.

De acordo com o PLN 24/12,

a receita bruta de 2013 corresponderá a 24,7% do produto interno bruto (PIB). O número é o maior dos últimos anos, mesmo comparado a 2010 (24,2%), ano de PIB recorde, quando se registrou crescimento de 7,5%, com impacto positivo na arrecadação.

O fato surpreendeu até mesmo os parlamentares que fazem parte da Comissão Mista de Orçamento (CMO), porque a tradição do Executivo é enviar números mais austeros, cabendo ao Congresso a responsabilidade de encontrar eventuais aumentos de receita, com base em indicadores econômicos mais atualizados.

Quando encaminhou o projeto ao Congresso, no fim de agosto, o governo trabalhava com expectativas que acabaram sendo superadas, como crescimento de 3% em 2012 e de 4,5% em 2013. A *Pesquisa Focus*, adotada pelo Banco Central, estima em 1,57% o crescimento do PIB para 2012 — fato que deverá se refletir no desempenho da economia para o próximo ano.



Marcello Casal Jr/ABR

Executivo quer discutir Plano Nacional de Educação e royalties do pré-sal ao mesmo tempo, para garantir mais verbas às escolas

## Governo define projetos prioritários

Com o fim do primeiro turno das eleições, líderes da base de apoio do governo no Congresso reuniram-se ontem com a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, no Palácio do Planalto, para definir uma pauta de projetos prioritários para o governo.

Entre eles, estão os que tratam do Plano Nacional de Educação (PNE) e de um novo modelo de partilha dos royalties do petróleo da camada pré-sal. Os dois tramitam na Câmara e a intenção, segundo a ministra, é tratar os assuntos de forma casada.

— Para garantir um percentual maior [de recursos] no PNE, é preciso que a fonte do recurso esteja assegurada

e garantida. Essa forma seria a discussão a respeito dos royalties e do Fundo Social do Pré-sal — explicou.

O projeto do Poder Executivo (PL 8.035/10, na Câmara) que institui o PNE para o decênio 2011—2020 prevê que o Brasil destine 10% do produto interno bruto (PIB) à educação. A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, onde aguarda aprovação da redação final para ser encaminhada ao Senado. Já o PL 2.565/11, que trata da partilha dos royalties, aguarda deliberação dos deputados em Plenário.

Na reunião com os líderes da base, também foi proposto

calendário para votação de medidas provisórias. No total, 11 MPs aguardam deliberação do Legislativo.

A orientação do governo é votar todas elas até o final do ano, mas, segundo Ideli, a questão não preocupa, ao contrário do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

As normas atuais de distribuição dos recursos do fundo só valerão até 31 de dezembro, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Caso não se chegue a novas regras, estarão suspensas as transferências para os estados.

— A Câmara e o Senado estão colocando como muito difícil termos a votação este ano — disse a ministra.

# Para senadores, reforma política é urgente

Alvaro Dias, Jorge Viana, Cristovam Buarque e Paulo Paim consideram que as regras eleitorais do país estão ultrapassadas e não condizem com os avanços conquistados pela democracia nos últimos anos

O ENVELHECIMENTO DAS regras que norteiam as eleições no Brasil ficou evidente com o pleito municipal do último domingo, segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), Jorge Viana (PT-AC), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Paulo Paim (PT-RS). Os quatro senadores apontam a necessidade urgente de uma reforma política no país.

— O processo político e o regramento eleitoral estão aquém dos avanços que já conquistamos — avalia

Jorge Viana. Para ele, a reforma política é “o dever de casa” que o Congresso precisa fazer, instituindo, por exemplo, normas claras para evitar “partidos cartoriais e alianças cartoriais”.

Cristovam afirma que os partidos políticos perderam a ideologia e a identidade.

— A democracia que estamos sustentando há mais de 20 anos é incompleta por falta de partidos com nitidez, pela possibilidade de compra

de votos, pelas contribuições privadas, que amarram os eleitos aos contribuintes de suas campanhas — disse.

Ele considera que a falta de regras eleitorais claras leva à judicialização da política, ou seja, à necessidade de arbitragem ou interpretação das normas pelo Poder Judiciário.

Alvaro aponta contradição na formação de alianças entre as legendas e falência dos partidos.

— Vimos o desencanto do eleitor com esse sistema que permite alianças contraditórias, orientadas por interesses obscuros e sem propósito programático — afirmou.

Entre os temas da reforma política, Paim afirmou que o financiamento exclusivamente público das campanhas seria condição para reduzir a influência do poder econômico nos pleitos e igualar as chances dos candidatos.

O projeto de lei que trata

do financiamento público exclusivo de campanha (PLS 268/11) integra um conjunto de propostas da reforma política em discussão no Senado.

O texto aguarda votação no Plenário, ao lado de propostas que tratam da suplência de senador (PEC 37/11), do sistema eleitoral brasileiro (PEC 43/11), das coligações (PEC 40/11), da fidelidade partidária (PLS 266/11) e da data de posse de presidente da República, de governadores e de prefeitos (PEC 38/11).

Os senadores já aprovaram e enviaram à Câmara o PLS 265/11, que veda a transferência de domicílio eleitoral de prefeitos e vice-prefeitos durante o exercício do mandato, e o PLS 267/11, que trata da cláusula de desempenho partidário nas eleições.

Foram rejeitadas no Senado a PEC 39/11, que acabaria com a possibilidade de reeleição para presidente, governador e prefeito, e a PEC 41/11, que poria fim à exigência de filiação partidária para candidatos em eleições municipais.

**Contradição em alianças e contribuições privadas às campanhas são alvos de críticas**

## Ana Amélia comemora resultados do PP nas eleições municipais



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia (PP-RS) fez ontem um balanço das eleições municipais, realizadas domingo. Ela comemorou os números do partido nas disputas pelas prefeituras e nas câ-

maras de vereadores, especialmente no Rio Grande do Sul.

Segundo a senadora, o PP garantiu 136 prefeituras de peso para a economia gaúcha, além de 25% das vagas de vereador no estado. Nacionalmente, o PP elegeu em primeiro turno o prefeito de Palmas e levou para o segundo turno a disputa para a prefeitura em Campo Grande.

Ela citou matéria do jornal norte-americano *Washington Post* qualificando o processo eleitoral brasileiro em 2012, com a Lei da Ficha Limpa, como uma etapa de mudança radical de cultura, com o visível amadurecimento da democracia brasileira. Também citou alterações que precisam ser feitas na Lei Eleitoral para impedir que os resultados fiquem à espera de julgamento de recursos.

Ana Amélia anunciou que hoje a Confederação Nacional de Municípios faz um encontro de prefeitos para discutir a situação financeira das cidades, que vêm enfrentando problemas e estariam em dificuldade por atingirem o limite de endividamento previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

## Anibal afirma que PT aumentou em 14% o número de prefeitos



Waldemir Barreto/Agência Senado

Anibal Diniz (PT-AC) disse que o resultado das eleições municipais contrariou as previsões desastrosas de prejuízos ao PT, tendo em vista que o partido não só

venceu em diversas cidades, como aumentou em 14% o número de municípios que vai governar. O PT tem hoje 550 prefeituras e passará a ter 625, sem incluir os resultados do segundo turno, a ser realizado dia 28.

— O PSDB, nosso principal adversário no plano nacional, teve 13,9 milhões de votos, 3,4 milhões a menos que os obtidos pelos candidatos do PT — disse o senador.

Anibal lembrou que o Brasil tem 83 cidades com mais de 200 mil eleitores, que representam apenas 1,5% dos municípios, mas têm 36,5% do eleitorado. Nesse grupo, disse, o PT já conquistou oito prefeituras no primeiro turno e vai disputar outras 22, “com grande chance de vitória”.

— O PT tem, portanto, a possibilidade, se lograr sucesso em todas as cidades em que disputará em segundo turno, de chegar a 30 cidades de grande porte. Trinta das 83 cidades contam diretamente com disputa do PT, sendo que, em oito delas, o PT já venceu no primeiro turno, e teremos disputa em 22 cidades no segundo turno. Isso é uma demonstração inequívoca da força do PT — afirmou.

## Renan ressalta liderança do PMDB no total de prefeituras



Waldemir Barreto/Agência Senado

Renan Calheiros (PMDB-AL) celebrou ontem a liderança do PMDB no número de prefeitos e vereadores eleitos domingo: 1.036 municípios serão administra-

dos pelo partido. Nas capitais, disse Renan, o PMDB contou com a confiança dos eleitores para eleger, em primeiro turno, dois prefeitos: Eduardo Paes, no Rio de Janeiro, e Teresa Surita, em Boa Vista. Em Florianópolis, Campo Grande, Natal e outras 13 cidades com mais de 200 mil eleitores, o PMDB vai disputar o segundo turno.

— O PMDB pôde repetir o excelente desempenho dos últimos pleitos — disse Renan, agradecendo ao vice-presidente, Michel Temer, e ao presidente do partido, senador licenciado Valdir Raupp (RO), pela “permanente reinvenção do PMDB”.

Renan disse ainda que o PMDB foi o partido que conquistou o maior número de cadeiras nas câmaras municipais, conseguindo eleger 7.951 vereadores (14% do total no Brasil).

Analisando o desempenho geral em todo o país, Renan chamou a atenção para o fato de o PMDB ter recebido 16,7 milhões de votos, o que representa mais de 12% dos eleitores.

— Além disso, em muitas cidades, o PMDB optou por coligações — assinalou o senador.

## Suplicy parabeniza 663 mulheres que se elegeram prefeitas



Waldemir Barreto/Agência Senado

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou a eleição, domingo, de 663 mulheres para o cargo de prefeito, 67 filiadas ao Partido dos Trabalhadores. O número de muni-

cípios que serão administrados por mulher a partir de 2013, lembrou, corresponde a cerca de 12% do total.

O senador parabenizou as vencedoras e citou as prefeitas eleitas de Governador Valadares (MG), Elisa Costa; de Angra dos Reis (RJ), Conceição; de Goiás (GO), Professora Selma Bastos; e de Valparaíso de Goiás (GO), Professora Lucimar.

Suplicy ressaltou que o PT, ao conquistar 624 prefeituras nas eleições deste ano, mantém o crescimento em número de prefeituras em todas as eleições desde 1982, quando venceu em apenas dois municípios: Diadema (SP) e Fortaleza.

— Ao alcançar 624 prefeitos eleitos neste ano, até agora, sem contar os que poderão ser eleitos no segundo turno, nós tivemos um avanço muito considerável. O PT é o partido que, desde 1982, vem crescendo mais em número de prefeitos, enquanto outros têm registrado diminuição.

O parlamentar também comemorou o fato de o candidato petista à Prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad, ter conseguido ir para o segundo turno contra José Serra.



Alex Rodrigues/ABR

Eleições municipais mostraram urgência de mudança nas regras, dizem senadores